

CONTROLE DAS IMPORTAÇÕES E DO CÂMBIO

DECRETOS

● **EMPREGOS:** Criação do Programa Nacional de Emprego, com a formação de um grupo de trabalho, nomeado pelo presidente, para, em 30 dias, possibilitar a criação de um milhão de empregos de forma emergencial em frentes de trabalho urbanas e rurais, além de 1,5 milhão de empregos para jovens. Criação de um Plano Nacional Especial de Obras para abrir postos de trabalho nas regiões metropolitanas.

● **EXPORTAÇÃO-IMPORTAÇÃO:** Adoção de política de comércio exterior direcionada para o aumento das exportações e o controle das importações — via medidas tarifárias e não tarifárias — de bens e serviços que concorram com produtos nacionais em condições desiguais.

● **COMBATE À FOME:** Implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e seu respectivo conselho, nomeado pelo presidente, para levar adiante um programa emergencial de combate à fome, adminis-

trar estoques públicos, reestruturar um programa nacional de controle dos alimentos, revisar a política de garantia de preços mínimos, estabelecer política de armazenagem descentralizada e estimular a produção agrofamiliar.

● **ITR:** Criação de um grupo de trabalho para aprimorar a fiscalização do Imposto Territorial Rural e dinamizar a reforma agrária. O grupo seria integrado por Incra, Receita, Ibama e Ministério do Trabalho e estaria aberto à participação de trabalhadores e empresários rurais.

AVISOS PRESIDENCIAIS

● **CÂMBIO:** Instituição de um controle cambial temporário, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para proteger as reservas nacionais, com concessão de crédito a micro e pequenas empresas a fim de criar empregos e incrementar as exportações.

● **AGRICULTURA:** Prioridade para agricultores familiares (pequenos e médios, segundo as nor-

mas do Pronaf) terem acesso ao crédito rural dos bancos oficiais. Os bancos oficiais teriam 30 dias para encaminhar ao CMN as formas de cumprir essa determinação, assegurando taxas de juros para esses empréstimos próximas da inflação.

PROJETOS DE LEI COM URGÊNCIA

● **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO:** Implantação, em nível nacional, do Orçamento Participativo, com realização de audiências públicas com a presença de representantes do Executivo e estímulo à apresentação de propostas; criação de conselhos municipais e estaduais de Orçamento, com representação sindical, comunitária e empresarial; submissão do Plano Plurianual a plebiscito.

● **SALÁRIO-MÍNIMO:** Correção do salário-mínimo, a partir de 1º de maio de 99, de forma a dobrá-lo de valor (real) até o fim de 2002. Os percentuais de aumento podem ser ainda superiores, dependendo das condições econômicas.